

# Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG  
deniserothenburg.df@dabr.com.br

## O potencial de Caiado

Quem acompanha de perto a política garante que quem dará mais trabalho para Lula numa campanha reeleitoral será o governador de Goiás, Ronaldo Caiado (União Brasil). Caiado terá o apoio do agronegócio, tem o discurso da segurança pública e, de quebra, consegue arrumar um pouco o centro. Se Tarcísio ficar no governo de São Paulo, a campanha presidencial da oposição a Lula começará por Goiás.

NELSON ALMEIDA / AFP



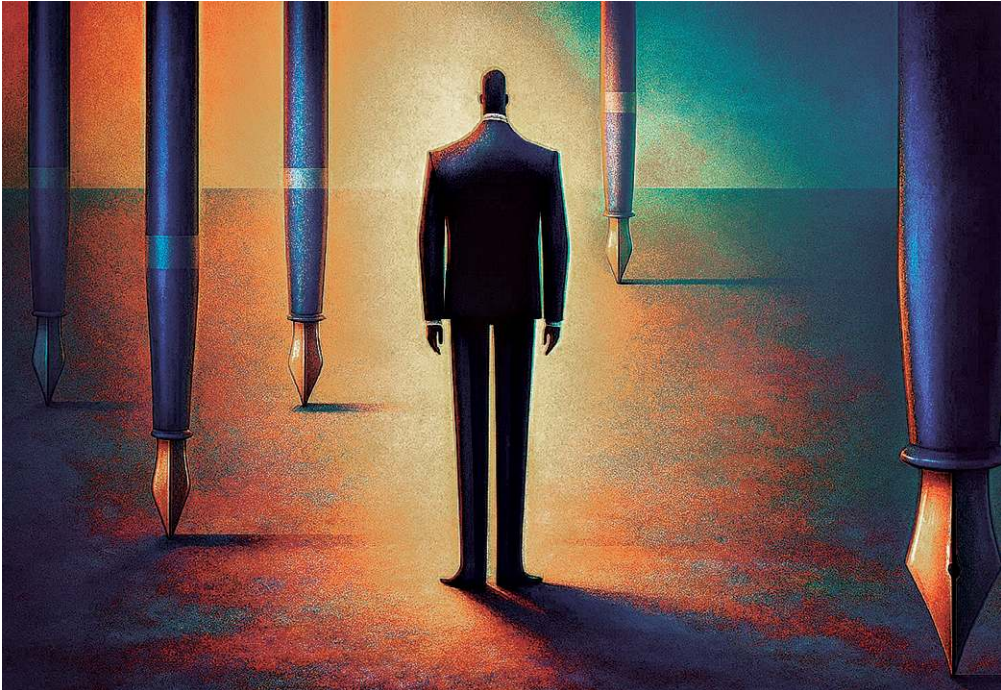
## Nem vem

O ex-presidente Jair Bolsonaro resiste a colocar a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro numa chapa presidencial. O nome da vez é o do filho 01, Flávio Bolsonaro. Embora Michelle seja a estrela do programa de tevê do PL, que convoca os brasileiros a se filiarem ao partido, o esposo prefere que ela concorra ao Senado, no Distrito Federal.

## Sempre ele

Com o mundo da política em contagem regressiva para a prisão de Jair Bolsonaro, seus filhos e principais apoiadores ampliam as postagens nas redes sociais em defesa do ex-presidente. Em especial, a prisão domiciliar. Ali, reforçam a tese de que, se Bolsonaro sofrer algum problema de saúde, vão responsabilizar... Alexandre de Moraes.

# Até aqui, 38 votos



As contas feitas por alguns aliados do governo apontam que o advogado-geral da União, Jorge Messias, tem fechados 38 votos a preços de hoje. Precisa garantir mais três para assegurar uma vitória. E não será com a ajuda de Davi Alcolumbre que Messias arranjará esses votos que faltam. O presidente do Senado não pretende ajudar. Porém, garante que não vai atrapalhar. Irá simplesmente cumprir o regimento. Fazer a leitura e colocar em votação. Quanto aos votos, o governo que pariu Messias que trate de buscar a aprovação. Aliás, o União Brasil é um dos partidos de que Lula terá dificuldades para conquistar votos.

## Por falar em Senado...

O MDB nacional vai cobrar dos aliados o apoio ao governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha no caso do Banco Master/BRB. Nas rodas do partido, o que se diz é que Ibaneis é um ativo que precisa ser preservado.

## Não o deixem só

Até aqui, nenhum grande líder do partido foi de peito aberto às tribunas da Câmara e do Senado defender o governador do DF. A ideia é montar um grupo que possa responder aos ataques que Ibaneis vem recebendo dos opositoristas à esquerda e à direita.

## CURTIDAS

**Liquida COP/** Com as dificuldades em relação à transição energética e combustíveis fósseis, negociadores começam a topar qualquer negócio para se chegar a um mínimo de consenso. A ideia, até o fechamento desta coluna, era evitar o impasse total e tentar garantir qualquer coisa que seja melhor que nada. Triste realidade.

**Brasil na Itália/** Dois eventos vão reunir parlamentares e outras autoridades brasileiras em Roma esta semana. A conferência bilateral com a participação da Frente Parlamentar Brasil — Itália e do IDP, de 24 a 29 de novembro, e o Forum Lide Brasil Itália, em 24 e 25 de novembro.



Luiz Silveira / STF

**Primeiros acordos/** Entre os palestrantes da Frente Parlamentar, está prevista uma fala do ministro Jorge Messias na quinta-feira, 27. Até aqui, a programação está mantida. A abertura no dia 24 está a cargo do ministro do Supremo Tribunal Federal e fundador do IDP, Gilmar Mendes.

**Uma palavrinha fez falta/** Na abertura da coluna Brasília dessa sexta-feira, faltou a palavra “recente” na frase a respeito da rejeição de nomes para o STF dentro do Senado. Por exemplo, em 1893, médico Barata Ribeiro foi recusado. Porém, desde a redemocratização, nenhum presidente perdeu uma indicação ao STF.

## » Entrevista | ALESSANDRO VIEIRA | SENADOR (MDB-SE)

O relator do PL Antifacção no Senado afirma que vai corrigir falhas técnicas do texto de Guilherme Derrite (PP-SP) mantendo o consenso político já construído, após o governo apontar brechas legais e risco de caos jurídico na versão aprovada pela Câmara

# "Não é preciso reescrever do zero"

» DANANDRA ROCHA

Depois de o governo apontar “brechas legais” e alertar para o risco de caos jurídico provocado pelas alterações feitas, na Câmara dos Deputados, no Projeto de Lei Antifacção, aprovado pela Câmara com 370 votos, o Senado iniciou uma nova etapa de revisão sob a relatoria de Alessandro Vieira (MDB-SE). Encaminhado pelo Executivo e renomeado, pelo relator, Guilherme Derrite (PP-SP), de Marco Legal de Combate ao Crime Organizado, o PL sofreu várias alterações. Em entrevista ao **Correio**, Vieira afirma que “não é necessário reescrever do zero”, mas reconhece que a proposta precisa ser harmonizada com o Código Penal e com a legislação de combate ao crime organizado. O senador promete um processo mais técnico, com consulta a órgãos, como PF, Receita e Ministério da Justiça, para entregar um texto firme contra facções, porém juridicamente seguro.

**O governo afirma que o relatório aprovado na Câmara cria “brechas legais” e pode gerar caos jurídico ao não dialogar com leis já existentes sobre crime organizado. Quais pontos exigem correção imediata?**

Pretendemos deixar o projeto o mais técnico possível, em consonância com o ordenamento jurídico brasileiro como um todo e mais especificamente em relação à legislação penal e processual penal.

**Especialistas dizem que Derrite “politicizou” o debate,**

Andressa Anhoiete/Agência Senado



Só é possível falar em firmeza se houver segurança jurídica. Do contrário, o procedimento é inconstitucional e pode ser anulado pelo Judiciário. Os princípios são sempre aqueles previstos pela Constituição Federal"

**com sucessivas versões sem consistência técnica. Que trechos do relatório revelam problemas de técnica legislativa e precisam ser reescritos do zero?**

Não é necessário reescrever do zero. Existe o texto do Executivo e existe o texto que a Câmara aprovou. É evidente que existe um consenso sobre a matéria como um todo. O que pretendemos fazer é harmonizar o texto de acordo com a melhor técnica.

**O modelo de perdimento e gestão de bens das facções é um dos pontos mais contestados. O texto atual trata adequadamente da apreensão, destinação e perda de bens ou o senador vai criar um mecanismo mais robusto?**

Estamos aguardando as manifestações técnicas dos órgãos envolvidos sobre esse tema, a fim de construir a melhor solução possível.

**A equiparação de facções a grupos terroristas, foi vista como**

**risco de inconstitucionalidade. Ainda há dispositivos que, no seu entendimento, podem ser questionados no STF? O Senado deve blindar o texto para evitar judicialização futura?**

Vigora no direito brasileiro o princípio da inafastabilidade da jurisdição. Em tese, tudo pode ser judicializado. Vamos aprimorar o texto para que essa possibilidade seja mínima.

O governo afirma que quer uma lei forte, mas “tecnicamente segura”

**O senhor pretende ouvir especialistas, PF, Receita e Ministério da Justiça antes de fechar o relatório?**

Sim, já oficiamos diversos órgãos solicitando o posicionamento formal sobre o texto da Câmara e também iremos nos reunir para conversar sobre o projeto.

Há um temor de que o texto aprovado possa ser usado para interpretar protestos ou movimentos sociais como organização criminosa.

**O senhor considera necessária alguma salvaguarda explícita de direitos civis no texto?**

Não creio que seja necessária uma salvaguarda. Esses já são direitos constitucionalmente reconhecidos. O texto atual já define que as condutas ali previstas devem ser praticadas por organizações criminosas. Mas isso não significa que o projeto não possa ser melhorado.

**O relatório de Derrite teve seis versões em poucos dias. Parlamentares chamaram isso de sinal de improviso. O Senado vai reconstruir o texto em ritmo mais técnico e menos acelerado? Existe previsão de calendário para discussão e votação?**

Vamos seguir o trâmite que geralmente é adotado para projetos mais complexos: realização de audiência pública, apresentação de um primeiro parecer, envio de emendas pelos demais senadores e apreciação das emendas.

**Como relator, o senhor terá a tarefa de equilibrar a pressão da opinião pública por respostas rápidas e o risco de produzir uma lei vulnerável. Onde está o limite entre firmeza contra facções e segurança jurídica? Que princípios vão guiar o seu relatório?**

Não existe limite entre firmeza contra facções e segurança jurídica. Só é possível falar em firmeza se houver segurança jurídica. Do contrário, o procedimento é inconstitucional e pode ser anulado pelo Judiciário. Os princípios são sempre aqueles previstos pela Constituição Federal.